



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Terceira Câmara Criminal**



121

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0146794-5**

COMARCA : Vertentes –Vara Única.  
APELANTE : José Luiz da Silva.  
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco.  
REL. SUBSTITUTO : Juiz Carlos Humberto Inojosa Galindo.  
REVISORA : Des<sup>a</sup>. Alderita Ramos de Oliveira.

**EMENTA:**

HABEAS CORPUS. ROUBO CIRCUNSTANCIADO PELO USO DE ARMA DE FOGO E CONCURSO DE AGENTES. PENA-BASE FIXADA EM 10 ANOS, AUMENTADA DE 3/8 (TRÊS OITAVOS) PELA DUPLICIDADE DE CAUSAS DE AUMENTO. TOTAL CONCRETIZADO: 14 ANOS E 03 MESES DE RECLUSÃO. REGIME INICIAL FECHADO. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA PARA A MAJORAÇÃO DA PENA E DA FRAÇÃO DE AUMENTO, BEM COMO DO REGIME PRISIONAL. ORDEM CONCEDIDA.

1. A jurisprudência é iterativa, no sentido de que a elevação da pena-base acima do mínimo legal deve ser fundamentada em aspectos concretos, sendo insuficiente a simples assertiva de serem desfavoráveis as circunstâncias judiciais; outrossim, é inviável utilizar-se de elementos intrínsecos ao tipo para a referida majoração.
2. A presença de mais de uma circunstância de aumento de pena no crime de roubo não é causa obrigatória de majoração da punição em percentual acima do mínimo previsto, a menos que seja constatada a existência de circunstâncias que indiquem a necessidade da exasperação. Precedentes do STJ.
3. No caso concreto, as instâncias ordinárias aumentaram a pena em 3/8 (três oitavos), em razão, tão somente, da existência das duas causas de aumento de pena, quais sejam, concurso de agentes e emprego de arma, sem registrar qualquer excepcionalidade que ensejasse a majoração acima de 1/3 (um terço).
4. Deve a pena privativa de liberdade ser cumprida em regime inicialmente fechado, quando da análise das circunstâncias judiciais, prevista no art. 59, do mesmo



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Terceira Câmara Criminal**

122

Diploma legal, verificar-se que são as mesmas desfavoráveis em sua maioria, posto que, o art. 33, § 3º<sup>2</sup>, do Código Penal, em tais hipóteses, não autoriza o cumprimento inicial da sanção em regime mais brando.

5. Apelo provido, à unanimidade.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Apelação Criminal nº 146794-5**, no qual figuram como partes as retronominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, **dar provimento ao recurso**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 24 de outubro de 2009.

**Desª. Alderita Ramos de Oliveira**  
**Presidente / Revisora**

  
**Juiz Convocado CARLOS HUMBERTO INOJOSA GALINDO**  
**Relator**

<sup>2</sup> Art. 33 - A pena de reclusão deve ser cumprida em regime fechado, semi-aberto ou aberto. A de detenção, em regime semi-aberto, ou aberto, salvo necessidade de transferência a regime fechado.

§ 3º - A determinação do regime inicial de cumprimento da pena far-se-á com observância dos critérios previstos no art. 59 deste Código.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Terceira Câmara Criminal**

123

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0146794-5**

COMARCA : Vertentes –Vara Única  
APELANTE : José Luiz da Silva  
APELADO : A Justiça Pública  
RELATOR : Cargo vago  
REL. SUBSTITUTO : Juiz Carlos Humberto Inojosa Galindo  
REVISOR : Des<sup>a</sup>. Alderita Ramos de Oliveira

**RELATÓRIO**

---

**José Luiz da Silva**, filho de pai não declarado e de Maria de Lourdes da Silva, foi denunciado (fls. 02/04) como incurso nas penas do art. 157, § 2º, I e II<sup>1</sup>, do Código Penal Brasileiro.

Consta dos autos que no dia 28 de novembro de 2005, pelas 20:00 horas, em frente ao armazém de material de construção de Ivanildo, localizado à rua Sinézio Cavalcanti, o denunciado e um terceiro não identificado, fazendo uso de arma de fogo, subtraiu uma moto Honda CG, 150, Titan KS, cor azul, placa KJT-5708, de propriedade da vítima Mônica Lemos de Melo Cavalcante.

Concluída a instrução criminal, o acusado foi condenado à sanção definitiva de 14 (catorze) anos e 03 (três) meses de reclusão, a ser cumprida em regime fechado e, ainda, pagamento de 10 (dez) dias-multa, pela prática do delito previsto no art. 157, § 2º, I e II, do Código Penal, conforme sentença de fls. 160/162.

O réu apelou da decisão condenatória (fls.171), oferecendo razões recursais às fls. 182/186, pugnando pela redução da reprimenda.

O Ministério Público ofereceu contra-razões à apelação (fls. 189/190) concordando com o pleito recursal.

---

<sup>1</sup> Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:

**Pena** - reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos, e multa. (...)

§ 2º - A pena aumenta-se de um terço até metade:

I - se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma;

II - se há o concurso de duas ou mais pessoas; (...)

TAS/AC 146794-5- 157 § 2º, I e II, red. pena, possib. apelo prov



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Terceira Câmara Criminal**

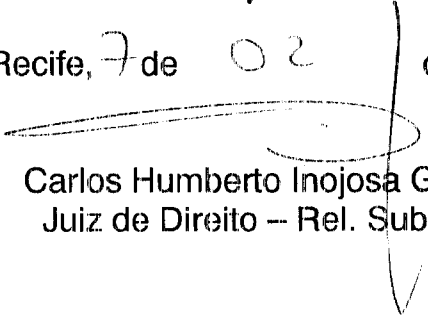
124

Nesta instância, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa do Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti, às fls. 193/195, ofereceu parecer opinando pelo provimento do recurso.

É o relatório.

À douta revisão. ✓

Recife, 7 de 02 de 2008.

  
Carlos Humberto Inojosa Galindo  
Juiz de Direito – Rel. Substituto



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Terceira Câmara Criminal**

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0146794-5**

COMARCA : Vertentes –Vara Única.  
APELANTE : José Luiz da Silva.  
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco.  
REL. SUBSTITUTO : Juiz Carlos Humberto Inojosa Galindo.  
REVISORA : Des<sup>a</sup>. Alderita Ramos de Oliveira.

**VOTO**

---

Trata-se de recurso apelatório interposto, tempestivamente, pelo réu **JOSÉ LUIZ DA SILVA**, em face de sentença criminal que condenou o acusado à pena de 14 (quatorze) anos e 03 (três) meses de reclusão, a ser cumprida em regime fechado e, ainda, ao pagamento de 10 (dez) dias-multa.

Insurge-se, o recorrente, contra o aludido édito sentencial, sob a alegação de que, ao proferir o decreto condenatório impugnado, o Julgador monocrático estabeleceu o *quantum* da pena em um patamar muito elevado, razão pela qual pugna pela redução da reprimenda que lhe foi imposta.

Ao proferir a sentença ora hostilizada, o MM. Juiz Sentenciante, em sua parte dispositiva, fundamentou, *in litteris* (fls.160/162):

*“(...) Julgo procedente a presente ação penal pública, para condenar José Luiz da Silva, já qualificado no preâmbulo desta sentença, como infrator do art. 157, § 2º, incisos I e II, do Código Penal, observadas as diretrizes dos arts. 59 e 60, do mesmo diploma legal, considerando, ainda, os antecedentes, motivos e circunstâncias determinantes do fato e, principalmente sua periculosidade, a pena-base de 10 (dez) anos de reclusão, aumentada em 3/8, pelo concurso de duas pessoas e emprego de arma de fogo, que equivale a 03 (três) anos e 09 (nove) meses e, ainda, 06 (seis) meses, como agravante, pela existência de mais uma qualificadora e, 10 (dez) dias multa, equivalente cada dia a um trigésimo do salário*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Terceira Câmara Criminal

TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PE  
126

*mínimo vigente ao tempo do fato, tornando-a definitiva em **14 (quatorze) anos e 03 (três) meses de reclusão**, diante da inexistência de outras causas de aumento ou diminuição, a ser cumprida em regime fechado, na Penitenciária Doutor Ênio Pessoa Guerra, em Limoeiro, neste Estado (...)" (GRIFEI)*

Ora, da simples leitura perfunctória da decisão increpada e, levando-se em considerando o que consta em sua parte dispositiva, constata-se, sem grande esforço, que razão assiste ao recorrente no tocante ao seu pleito de redução do *quantum* da pena aplicada.

É que, muito embora obedecido o sistema trifásico previsto em nosso ordenamento jurídico-penal, observo que o togado monocrático, ao proceder com a análise das circunstâncias judiciais dispostas no art.59 da Lei Substantiva Penal, não se reportou a qualquer elemento fático-probante com vistas a justificar a majoração da pena-base acima do mínimo legal, carecendo tal exasperação, portanto, de respaldo jurídico-legal.

Além do mais, verifica-se que o Julgador da instância primária, tomando por base a existência das duas qualificadoras do concurso de pessoas e uso de arma de fogo, relativas ao crime de roubo *sub examinem*, por ocasião da terceira fase da dosimetria da pena, elevou a sanção penal em mais 3/8 (três oitavos), quando já havia considerado tais majorantes para efeito de aumentar a pena-base em mais 06 (seis) meses, sem, contudo, fundamentar os motivos concretos de tal exasperação.

Cumpre esclarecer, por pertinente, que não é a simples menção de duas majorantes, por si só, que justifica a elevação da pena para o patamar mínimo disposto no §2º do art. 157 do Código Penal, que é o de 1/3 (um terço), tornando-se imprescindível para tanto, que o Juiz motive sua decisão, apontando as circunstâncias concretas com fulcro nas quais determinou a majoração da pena.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Terceira Câmara Criminal



127

A propósito, trago à colação julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça que corroboram o entendimento ora externado, senão, vejamos:

*"A presença de mais de uma causa especial de aumento da pena no crime de roubo pode agravar a pena em até metade, quando o magistrado, diante das peculiaridades do caso concreto, constatar a ocorrência de circunstâncias que indiquem a necessidade da elevação da pena acima da fração mínima. Não fica o Juízo sentenciante adstrito, simplesmente, à quantidade de majorantes para fixar a fração de aumento, pois, na **hipótese de existência de apenas uma, havendo nos autos elementos que conduzem à exasperação da reprimenda – tais como a quantidade excessiva de agentes no concurso de pessoas ou o grosso calibre da arma de fogo utilizada na empreitada criminosa –**, a fração pode e deve ser elevada, acima de 1/3, contanto que devidamente justificada na sentença. O mesmo raciocínio serve para uma situação inversa, em que o roubo foi praticado com arma de fogo e por número reduzido de agentes, hipótese em que pode o magistrado aplicar a fração mínima, apesar da duplicidade de majorantes. Não havendo fundamentação no decreto condenatório para o acréscimo da reprimenda em 3/8, a fração de aumento da pena pelas majorantes previstas no art. 157, § 2º, I e II deve ser fixada em 1/3 (...) Ordem parcialmente concedida para fixar pena do paciente em 5 anos e 4 meses de reclusão, no regime inicial semiaberto, além do pagamento de 13 dias-multa." (HC 125.476/SP, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 05/05/2009, DJ de 15/06/2009) (DESTAQUEI)*

No mesmo sentido:

*"Segundo iterativa jurisprudência deste STJ, a presença de mais de uma circunstância de aumento da*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Terceira Câmara Criminal**

128

pena no crime de roubo não é causa obrigatória de majoração da punição em percentual acima do mínimo previsto, a menos que sejam constatadas particularidades que indiquem a necessidade da exasperação. No caso concreto, o Tribunal a quo aplicou a fração de  $3/8$ , em razão, tão-só, da existência de duas causas de aumento de pena, quais sejam, emprego de arma de fogo e concurso de pessoas, sem registrar qualquer excepcionalidade, o que contraria o entendimento desta Corte sobre a questão (...) Ordem parcialmente concedida, tão-só e apenas (A) para que seja fixado no mínimo ( $1/3$ ) o percentual referente à causa de aumento de pena do art. 157, § 2o. do CPB e (B) para estabelecer o regime semi-aberto para o início do cumprimento da pena privativa de liberdade imposta ao paciente."

(HC 97.868/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 19/02/2009, DJ De 13/04/2009)

À vista das razões ora esposadas, deduz-se que, conforme disposto no parágrafo único do art. 68 e do parágrafo 2º do art. 157, ambos do CP, o aumento de pena, acima do patamar mínimo, pela ocorrência de duas majorantes específicas, deve ser motivado não apenas pela simples constatação da existência das mesmas, como o foi na espécie, mas sim com base nos dados concretos em que se evidenciou o fato criminoso.

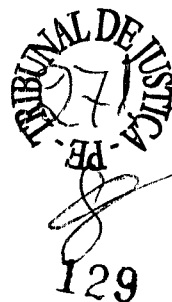
Assim, atento para as diretrizes do art. 59 e 68 do Código Penal, passo ao exame das circunstâncias judiciais.

Constato que, muito embora inexistir registro de antecedentes criminais, a culpabilidade do acusado é acentuada, visto que perpetrar o delito de que se trata determinado a consumá-lo e, ao mesmo tempo, em se eximir da sua culpa, mascarando-se, motivado apenas pelo interesse de enriquecer ilícitamente, o que denota que o acusado é dotado de personalidade voltada à delinquência, não se verificando que tenha, a vítima, contribuído em nada para o fato delitivo, sendo certo que a parte ofendida teve que suportar as consequências gravosas resultantes da malsinada ação, além do prejuízo material.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Terceira Câmara Criminal**



Diante disso, fixo sua pena-base em 06 (seis) anos de reclusão, a qual aumento na fração de 1/3 (um terço), em decorrência das majorantes de emprego de arma e concurso de pessoas, tornando-a definitiva em 09 (nove) anos de reclusão, em virtude da ausência de causas de aumento ou diminuição de pena.

Quanto ao regime prisional, no meu sentir, a sentença recorrida não merece censura, nesse particular, porquanto deve a pena privativa de liberdade ser cumprida em regime inicialmente fechado, tendo em vista que a análise das circunstâncias judiciais, prevista no art. 59, do mesmo Diploma legal, por não serem desfavoráveis em sua maioria, não autoriza o cumprimento inicial da sanção em regime mais brando, conforme o que alude o art. 33, § 3º<sup>1</sup>, do Código Penal.

Isto posto, em consonância como entendimento ministerial, voto pelo provimento do apelo, para fixar a pena em 09 (nove) anos de reclusão, estabelecendo o regime de pena inicialmente fechado, mantendo no mais inalterada a sentença impugnada.

Recife, 21 / 10 / 2009

  
**Juiz Convocado CARLOS HUMBERTO INOJOSA GALINDO**  
**Relator**

<sup>1</sup> Art. 33 - A pena de reclusão deve ser cumprida em regime fechado, semi-aberto ou aberto. A de detenção, em regime semi-aberto, ou aberto, salvo necessidade de transferência a regime fechado.

§ 3º - A determinação do regime inicial de cumprimento da pena far-se-á com observância dos critérios previstos no art. 59 deste Código.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Terceira Câmara Criminal



130

01

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0146794-5

COMARCA : Vertentes –Vara Única.

APELANTE : José Luiz da Silva.

APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco.

REL. SUBSTITUTO : Juiz Carlos Humberto Inojosa Galindo.

REVISORA : Des<sup>a</sup>. Alderita Ramos de Oliveira.

**VOTO DE REVISÃO**

**José Luiz da Silva** foi denunciado (fls.02/04) como incurso nas penas do art. 157, § 2º, I e II<sup>1</sup>, do Código Penal Brasileiro, sendo condenado, no curso do devido processo legal, à reprimenda definitiva de 14 (quatorze) anos e 03 (três) meses de reclusão, a ser cumprida em regime fechado e, ainda, ao pagamento de 10 (dez) dias-multa, conforme sentença de fls. 160/162, por ter, mediante uso de arma de fogo, subtraído uma moto Honda CG, 150, Titan KS, cor azul, placa KJT-5708, de propriedade da vítima Mônica Lemos de Melo Cavalcante, na rua Sinézio Cavalcanti, juntamente com uma terceira pessoa, até o momento não identificada, fato ocorrido no dia 28 de novembro de 2005, por volta das 20:00 horas.

Inconformado, o acusado interpôs recurso de apelação (fls.171), oferecendo razões recursais às fls. 182/186, requerendo a redução do *quantum* da pena.

Para uma melhor análise do objeto recursal, vejamos o excerto fustigado da decisão prolatada pelo douto juiz *a quo*:

*"(...) Julgo procedente a presente ação penal pública, para condenar José Luiz da Silva, já qualificado no preâmbulo desta sentença, como infrator do art. 157, § 2º, incisos I e II, do Código Penal, observadas as diretrizes dos arts. 59 e 60, do mesmo diploma legal, considerando, ainda, os antecedentes, motivos e circunstâncias determinantes do fato e,*

<sup>1</sup> Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:

**Pena** - reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos, e multa. (...)

§ 2º - A pena aumenta-se de um terço até metade:

I - se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma;

II - se há o concurso de duas ou mais pessoas; (...)



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Terceira Câmara Criminal**



*principalmente sua periculosidade, a pena-base de 10 (dez) anos de reclusão, aumentada em 3/8, pelo concurso de duas pessoas e emprego de arma de fogo, que equivale a 03 (três) anos e 09 (nove) meses e, ainda, 06 (seis) meses, como agravante, pela existência de mais uma qualificadora e, 10 (dez) dias multa, equivalente cada dia a um trigésimo do salário mínimo vigente ao tempo do fato, tornando-a definitiva em 14 (quatorze) anos e 03 (três) meses de reclusão, diante da inexistência de outras causas de aumento ou diminuição, a ser cumprida em regime fechado, na Penitenciária Doutor Ênio Pessoa Guerra, em Limoeiro, neste Estado (...)"*

Não há como negar razão ao apelante, quando requer a redução da pena a si imputada, tendo em vista que o juiz sentenciante laborou em erro ao empregar o sistema trifásico de dosimetria da pena, conforme dispõem os artigos 59 e 68 do Estatuto Punitivo. Nessa mesma senda posicionou-se o *Parquet* de primeiro grau em suas contrarrazões 189/195 e a douta Procuradoria de Justiça em seu parecer de fls.193/195.

Nota-se que na primeira fase da dosimetria penal, o magistrado a *quo* fixou a pena-base além do mínimo legal, sem fundamentar cada circunstância contida no art. 59, do Código Penal.

Ademais, *in casu*, o magistrado valorou as majorantes (art. 157, §2º, I e II, do Código Penal) duas vezes durante a dosimetria penal, visto que na primeira fase agravou a pena em mais 06 (seis) meses pela existência de mais de uma causa de aumento e, posteriormente, na terceira fase, aumentou a reprimenda em mais 3/8, em face das duas majorantes, de maneira que é inconteste a exacerbação da sanção.

Vale ressaltar que a simples menção de duas majorantes, por si só, não justificam a exasperação da pena acima do mínimo previsto de 1/3 (um terço) disposto no §2º do art. 157 do Código Penal.

Neste sentido, trago a colação entendimento jurisprudencial dominante do Superior Tribunal de Justiça:

**"STJ:** Em se tratando de roubo com a presença de mais de uma causa de aumento, a majoração da pena acima do mínimo legal (um terço) requer devida fundamentação, com



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Terceira Câmara Criminal

132

referência a circunstâncias concretas que justifiquem um acréscimo mais expressivo, não sendo suficiente a simples menção ao número de causas de aumento de pena presentes no caso em análise. **(HC 68641/SP, Relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA data do julgamento 20/11/2007).**"

**"STJ: DUAS MAJORANTES. EXASPERAÇÃO DO AUMENTO DA PENA SEM FUNDAMENTAÇÃO.** Consoante reiterada jurisprudência desta Corte, a presença de **duas causas especiais de aumento da pena no crime de roubo (concurso de agentes e emprego de arma de fogo)** pode agravar a pena em até metade, quando o magistrado, diante das peculiaridades do caso concreto, **constatar a ocorrência de circunstâncias que indiquem a necessidade da elevação** da pena acima da fração mínima. Assim, não fica o Juízo sentenciante adstrito, simplesmente, à quantidade de majorantes para fixar a fração de aumento, pois, na hipótese de existência de apenas uma, havendo nos autos elementos que conduzem à exasperação da reprimenda – tais como a quantidade excessiva de agentes no concurso de pessoas (CP, art. 157, § 2º, II) ou o grosso calibre da arma de fogo utilizada na empreitada criminosa (CP, art. 157, § 2º, I) –, a fração pode e deve ser elevada, acima de 1/3, **contanto que devidamente justificada na sentença**, em observância ao art. 68 do CP. O mesmo raciocínio serve para uma situação inversa, em que o roubo foi praticado com arma branca (faca ou canivete) e por número reduzido de agentes, hipótese em que pode o magistrado aplicar a fração mínima, apesar da duplicidade de majorantes. **In casu, o decreto condenatório não fundamentou o acréscimo da reprimenda em 3/8, motivo por que o percentual de aumento da pena pelas majorantes previstas no art. 157, § 2º, I e II, do CP deve ser fixado em apenas 1/3 (um terço).** Writ denegado. *Habeas corpus* concedido de ofício para alterar o percentual de aumento de pena, em razão das majorantes de concurso de pessoas e uso de arma de fogo, de 3/8 para 1/3 (...) **(HC 85233/ SP; Relator Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA; data do julgamento 27/09/2007).**"



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Terceira Câmara Criminal**



133

Desta forma, passo à análise das circunstâncias do artigo 59<sup>2</sup> do Estatuto Punitivo:

- a) O apelante demonstrou uma culpabilidade acentuada, pois praticou o delito de forma consciente e determinada.
- b) As circunstâncias evidenciam sua periculosidade, pois agiu escondendo sua própria face com o fim de esquivar-se da Lei Penal, sendo certo que o comportamento da vítima em nada concorreu para o fato delitivo.
- c) O motivo foi o enriquecimento ilícito, indo de encontro ao desenvolvimento de uma atividade laborativa lícita.
- d) As conseqüências do crime importam nos traumas decorrentes da situação aflitiva pela qual passou a vítima, bem como o aumento do sentimento de insegurança na sociedade.
- e) O réu é primário, contudo não se tem como chegar a uma conclusão acerca de sua personalidade e conduta social, tendo em vista a insuficiência de dados nos autos para tal apreciação.

Assim, levando-se em conta que o acusado detém cinco circunstâncias judiciais desfavoráveis, fixo sua pena-base em 06 (seis) anos de reclusão, deixando de aplicar circunstâncias atenuantes e agravantes, em face da ausência destas. Aumento a reprimenda em 1/2 (um meio), ante a ocorrência das majorantes de emprego de arma e concurso de pessoas, tornando-a definitiva em 09 (nove) anos de reclusão.

A pena privativa de liberdade deverá ser cumprida em regime inicialmente fechado, a teor do art. 33, § 3º<sup>3</sup>, do Código Penal, visto que a

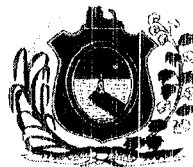
<sup>2</sup> Art. 59 - O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e conseqüências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime:

I - as penas aplicáveis dentre as cominadas;

II - a quantidade de pena aplicável, dentro dos limites previstos;

III - o regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade;

IV - a substituição da pena privativa da liberdade aplicada, por outra espécie de pena, se cabível.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Terceira Câmara Criminal**



134

análise das circunstâncias judiciais, previstas no art. 59, do mesmo Diploma legal, não autoriza o cumprimento inicial da sanção em regime mais brando.

Nesse sentido, trago ao cotejo excerto de recente julgado do Superior Tribunal de Justiça, *verbis*:

*"A análise desfavorável, em parte, das circunstâncias judiciais permite a imposição de regime inicialmente mais severo, não obstante a pena final não atingir oito anos de reclusão, nem o réu ser reincidente. (STJ, HC 92063/MG, Rel. Ministra Jane Silva - Desª convocada do TJ/MG, 5ª T. DJ 17.12.2007 p. 285)."*

Ante o exposto, dou provimento ao recurso, para fixar a pena em 09 (nove) anos de reclusão, estabelecendo o regime de pena inicialmente fechado, permanecendo inalterada a decisão fustigada em seus demais termos.

Recife, 21 de outubro de 2009.

*[Assinatura manuscrita]*  
**Desª. Alderita Ramos de Oliveira**  
**Revisora**

<sup>2</sup> Art. 33 - A pena de reclusão deve ser cumprida em regime fechado, semi-aberto ou aberto. A de detenção, em regime semi-aberto, ou aberto, salvo necessidade de transferência a regime fechado.

§ 3º - A determinação do regime inicial de cumprimento da pena far-se-á com observância dos critérios previstos no art. 59 deste Código.